



COLÉGIO SANTA JOANNA D'ARC: UMA NARRATIVA HISTÓRICA ACERCA DA ESCOLA COMPLEMENTAR E DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE RIO GRANDE/RS¹

Rita de Cássia Grecco dos Santos – UFPEL e FURG²

Francisco Furtado Gomes Riet Vargas – CEIHE-FaE/UFPEL³

Elomar Tambara – UFPEL⁴

Resumo: O texto objetiva dar visibilidade à história de uma das importantes instituições formadoras de Professoras Primárias no Sul do Rio Grande do Sul durante o século XX, nas décadas de 30 a 70, na cidade de Rio Grande, o prestigioso Collegio Santa Joanna D'Arc, pertencente à Ordem das Irmãs de São José de Chambéry. A partir de uma pesquisa de caráter historiográfico (CERTEAU, 2007), através da análise do entrecruzamento de dados coletados nos acervos do próprio Colégio e do NUME/FURG, das entrevistas semi-estruturadas com ex-Normalistas e da revisão bibliográfica sobre o tema, constata-se a relevância de tal instituição para o desenvolvimento e a qualificação dos processos de formação de professores e para a História da Educação nesse estado.

Palavras-chave: História das Instituições Escolares; Memória; Narrativa; Formação de Professores; História da Educação.

Considerações iniciais: enveredando pelos caminhos da memória e da narrativa

Quando pensamos na História como uma ciência ou como uma disciplina acadêmica, tendemos inicialmente a estabelecer relação da mesma como uma representação bastante conhecida, qual seja: a da identificação, vinculação e restrição do conhecimento histórico ao “domínio de nomes, fatos, datas e lugares”, relegando ao esquecimento alguns testemunhos narrativos muito peculiares, em virtude da crença que só é válido e verdadeiro aquilo que “é

¹ Para a consecução desta pesquisa cabe ressaltar a inestimável colaboração da Irmã Nair Mazzochin no amplo acesso ao acervo do Colégio Santa Joana D'Arc. Irmã Nair conta com 52 anos de vida consagrada a Deus atuando na Congregação das Irmãs de São José de Chambéry e por 27 anos desempenhou a função de Diretora no referido Colégio.

² Doutoranda em Educação pelo PPGE-FaE/UFPEL, Pelotas/RS. Professora no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – IE/FURG, Rio Grande/RS. Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE-FaE/UFPEL.

³ Mestre em Educação. Pesquisador vinculado ao CEIHE-FaE/UFPEL.

⁴ Professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas – FaE/UFPEL. Pesquisador Líder do CEIHE-FaE/UFPEL.

científico”, ou seja, que é passível de crédito e confiança. Afinal, como enfatizam Carboni e Maestri:

Em forma geral, paradoxalmente, para a historiografia, a linguagem não é um campo de grandes reflexões. Ao contrário, ela constitui elemento dado, quase natural, despido de história, de ideologia, de tensão e conflitos internos. É quase como se a palavra fosse hoje como sempre foi. E que o fato de ter sido diversa no passado fosse fenômeno meramente aleatório [...] (2005, p.129).

Assim, ao realizarmos este movimento de extirpação dos sujeitos da memória individual e por extensão da memória coletiva – em se tratando da desconsideração das narrativas – do processo de constituição da História, não nos recordamos e/ou ignoramos que a mesma é uma das Ciências Humanas que, sendo socialmente construída, demanda por ouvir e problematizar a voz dos sujeitos e também da coletividade, a fim de se constituir, também, dos elementos que estão inscritos na organização de dada sociedade e em sua dinâmica cultural e, por conseguinte, dos códigos que a mesma partilha.

Daí a relevância da relação entre memória e alteridade, pois enquanto Santo Agostinho, Locke e Husserl, reduziram a memória a uma modalidade interior e privada da experiência do tempo, outros autores como Ricouer foram para além da concepção de que “[...] toda a memória humana é egocêntrica (Pomian)” (CATROGA, 2001, p.44), apontando para a coexistência entre a memória privada e a memória pública, através da analogia de que o presente histórico se entrecruza com a recordação e com a esperança, que jamais podem prescindir das relações.

E nesse diálogo que faz parte do processo socializador, os indivíduos mantêm o elo com a realidade, que se constitui na própria memória que se tem, pois do modo como “representificam” seu passado, organizam o seu percurso como projeto. Tendo em vista que a memória nunca poderá ser um mero registro, justamente por constituir-se nessa “representificação” que tem sua gênese na relação entre o presente e a tensão tridimensional do tempo, ou seja, numa construção em que “[...] toda a recordação tende a objetivar-se numa narrativa coerente [...]” (CATROGA, *Ibid.*, p.46).

E, em virtude do fato da memória estar sempre “ameaçada pela amnésia”, torna-se compreensível a necessidade do ritual de celebração de encontro com a memória, para evocar a rememoração através dos “traços-vestígios” que têm a função de mobilizar a memória através de revivificações rituais, haja visto que “[...] não há representação memorial sem traços” (CATROGA, *Ibid.*, p.48).

Assim, por partilharmos da crença que a História se constitui em movimento, emergiu nosso interesse na compreensão da narrativa, por percebê-la como um viés

metodológico que ao aproximar o pesquisador dos sujeitos da pesquisa e do próprio objeto de constituição da História, contribui para a construção de um saber que se identifica como plural e dialógico, ao mesmo tempo em que é único, posto que, fruto de vivências que mesmo dando-se no coletivo, são individuais e singulares.

Nesse sentido, no movimento de representificação da história dos cursos de formação de professores no Colégio Santa Joana D'Arc, na cidade de Rio Grande, situada no extremo sul do Rio Grande do Sul, este texto foi articulado a partir do referencial teórico-metodológico da Historiografia (CERTEAU, 2007), através da análise do entrecruzamento de dados coletados nos acervos do referido Colégio e do NUME/FURG⁵, das entrevistas semi-estruturadas com duas ex-Normalistas do próprio Colégio e da revisão bibliográfica realizada sobre o tema. Pois, assumimos a concepção de que a escola é uma instituição cultural construída sócio-historicamente, portanto, entendemos que as relações entre escola e cultura devem ser compreendidas de forma interdependente e articuladas e temporalmente localizadas.

A constituição do contexto educacional de Rio Grande e o surgimento do Collegio Santa Joanna D'Arc

No dia em que o calendário eclesiástico recorda a cátedra de Pedro – que ao partir de Antioquia, chegou a Roma para começar a pregação do cristianismo – com o objetivo de expulsar os corsários franceses da Costa Brasileira e ir até o Sul do estuário do Rio da Prata e fundar núcleos de povoamento, Martin Afonso de Souza e sua frota realizaram a navegação próxima a Costa, descobrindo vários acidentes geográficos, entre os quais a barra por onde o caudal da Laguna dos Patos é despejado no Oceano Atlântico. Devido o acontecimento ter ocorrido no mesmo dia do padroeiro da Igreja, o local descoberto foi chamado de Rio Grande de Pedro e para diferenciar de outro rio que levava o mesmo nome foi denominado Rio Grande de São Pedro.

Destarte, Rio Grande é uma localidade que tem sua gênese, desenvolvimento e caracterização a partir de seu Porto marítimo, inicialmente, como um lugar estratégico militar ao sistema colonial português. Paulatinamente, com a própria transformação do RS, começa a se tornar centro exportador do gado gaúcho, se integrando como fornecedora para o mercado interno (PESAVENTO, 1994, p.20). Porém, na condição de região periférica do Brasil, as terras gaúchas foram vitimadas pela pequena atenção das autoridades centrais, sobretudo, no

⁵ Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos da Universidade Federal do Rio Grande – NUME/FURG.

que tange ao oferecimento de estabelecimentos de ensino – além de alguns colégios particulares, as primeiras aulas-régias aparecem apenas em 1820, sendo uma delas em Rio Grande (GIOLO, 1994, p.19-20).

De acordo com Giolo (*Ibid.*, p.21-24), a Independência do Brasil não alterou muito o panorama educativo do RS, em decorrência da falta de bons professores. No entanto, a despeito da falta de atendimento do Império, para além do sistema de aulas-régias, deu-se início à utilização do Método Lancaster, pois, em 1825, um professor é enviado ao Rio de Janeiro para habilitar-se nesse método. Tal professor foi encarregado de colocar em prática o uso desse método nas escolas gaúchas, a partir de agosto de 1827, ou seja, dois meses antes da lei imperial que determinava seu uso. Concomitantemente, conforme Martins (2006, p.70), cria-se uma elite agropecuária e comercial que envia seus filhos para estudar no Rio de Janeiro ou mesmo na Europa.

A franca expansão da educação como iniciativa de particulares se acentuou a partir de 1834 com a Lei nº 16, de 12 de agosto, que ficou conhecida como o Ato Adicional – uma emenda a Constituição ou Carta Outorgada de 1824 – pois a educação Primária e Secundária, excetuando-se o Colégio Pedro II, foi deixada a cargo dos governos provinciais, como podemos ver no disposto em seu Art. 10 § 2º:

Compete às mesmas Assembléias (Legislativas Provinciais) legislar... Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, ou cursos jurídicos, Academias, atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral.

Porém, os recursos dessas eram parcos e as mesmas não tinham autonomia para criar novas taxas, além do fato da instabilidade de seus presidentes, logo, a situação da educação continuou no abandono.

Em Rio Grande a situação não era muito diferente, pois mesmo dispondo da condição de um pólo regional, tendo em vista possuir o único porto marítimo da província – o que a qualificava como porta de entrada e de saída do RS – de acordo com Alves (1995, p.64), a Câmara reivindicou freqüentemente mais recursos ao ensino e, em 1851, lançou um Relatório no qual analisava condições, dificuldades, possíveis soluções e solicitava auxílio para a instrução, reivindicação reiterada de 1853 a 1855.

Conforme Alves (*Ibid.*, p.65-66), é possível notar um paulatino aumento do acesso à educação na cidade de Rio Grande, pois de 1851 até 1879 o número de matrículas vai de 281 para 1133, contando com ambos os sexos, mas, a Câmara de Rio Grande reclama a falta de uma uniformidade das aulas, que ficava a cargo de cada professor.

No mesmo texto é sinalizada a falta de locais apropriados às aulas, que eram ministradas em pequenas salas, em condições insalubres, além das críticas que a Câmara fazia ao Método Lancaster, que apresentaria vantagens apenas tardiamente (*Ibid.*, p.66). Tal afirmação encontra eco em Bittencourt, que indica que o Teatro Sete de Setembro “servirá de escola” (2001, p.156). Porém, em 1868, é oferecida instrução pública para ambos os sexos, havendo duas “escolas” para o sexo feminino e duas para o sexo masculino (CESAR, 2007, p.21).

Em 1887, o Relatório da Câmara de Rio Grande ainda aponta o problema da localização das casas onde os professores ministravam suas aulas, que ficavam afastadas do centro da cidade, também é mencionada a falta de utensílios apropriados, pois havia aulas onde alguns alunos estudavam de pé (ALVES, *Ibid.*, p.66), além da preocupação com as aulas nas zonas mais periféricas do município, que haviam sido suprimidas pelo próprio poder público devido à desistência dos professores, em decorrência do baixo subsídio pago (*Ibid.*, p.67-68). Outra preocupação constante era a instrução das classes populares, para tanto, é solicitado auxílio pecuniário às aulas noturnas já existentes e à fundação de novas.

Em 1879, recorrendo-se à subscrição de seus munícipes, começa em Rio Grande a tentativa de formação da Escola Municipal Silveira Martins. Tal escola encontrava-se, através das doações, parcialmente construída em 1881, porém, faltavam-lhe portas, janelas, assoalhos... Para a finalização da obra foi solicitado auxílio à Assembléia da Província, porém, não se logrou êxito. Em 1883 o prédio que estava em construção foi destruído por um incêndio, no entanto, a Câmara continuou pedindo auxílio para a construção da escola, no que também não obteve sucesso (ALVES, *Ibid.*, p.68-69).

Entretanto, não apenas de tentativas de aulas públicas norteia a educação na cidade de Rio Grande durante o período que antecede a República, uma vez que, havia aulas particulares e em 1859 é fundado o Colégio São Pedro, com Curso Primário pago (CESAR, *Ibid.*, p.21).

Durante o final do Império e começo da República, começa o processo de industrialização no RS, sendo Rio Grande um dos pólos desse processo na Província, com a instalação da tecelagem da Companhia União Fabril, em 1873 (LONER, 1999, p.59). Além dessa Companhia se instalam muitas outras indústrias – tecelagem Ítalo-Brasileira, Fábrica de Charutos Pooch, Fábrica de Conservas Alimentícias Leal Santos, entre outras – todas elas contando com mais de 50 operários e configurando uma predominância da indústria de tecelagem e alimentícia no período da Primeira República.

Rio Grande encontra-se também destacado no contexto econômico do RS devido ao

seu porto marítimo, sendo um dos principais escoadores de produção da região, perdendo apenas para o Porto de Montevideú, que estava mais modernizado. Além disso, o Porto possuía o grande problema da necessidade de ampliação dos Molhes da Barra e da dragagem do canal de acesso ao mar, mesmo assim observamos uma elite bastante ativa, acumulando capital.

Porém, com a instauração da República, não se observa grandes mudanças na educação, pois em 1897 contabilizam-se 18 “escolas” públicas, gratuitas e Primárias, atendendo 800 alunos e 16 estabelecimentos privados atendendo 623 alunos, numa cidade de aproximadamente 30 mil habitantes. Ainda podemos citar os estabelecimentos mantidos por associações operárias, como as aulas da Sociedade União Operária, que desde maio de 1894 (RIO GRANDE, 1920, Quadro 8), disponibiliza aulas para seus associados e dependentes (CORRÊA, 1987, p.110). Todavia, a maioria dos jovens em idade escolar não tem como estudar, pois não há vagas no ensino público (CESAR, *Ibid.*, p.21).

Cabe menção ainda aos os intentos católicos em prol da educação, primeiramente destacamos o Liceu Salesiano Leão XIII, que após o vigário ter comprado um terreno em frente à central de trens, começa o Curso Primário em regimes de internato e externato (CESAR, *Ibid.*). Junto a este encontramos o Colégio dos Jesuítas, que teve três denominações – São Luís (1898), Stella Maris (1902) e Sagrado Coração de Jesus (1906).

No entanto, a formação oferecida pelas “escolas” riograndinas até 1906, restringe-se ao Quarto Ano Primário (CESAR, *Ibid.*, p.21-22), sendo a consecução das aulas, em sua maioria, numa única sala de aula. Cesar indica a existência dos seguintes estabelecimentos: Liceu Salesiano Leão XIII, no Bulevar Buarque de Macedo (atual Avenida Buarque de Macedo); Colégio Arruda, instrução privada para o sexo feminino em regime de externato, na Rua Marechal Floriano; Colégio Ernest, que primeiramente funciona na Rua Riachuelo, e posteriormente vai para a Rua Marechal Floriano; Colégio Alemão, na Rua Barão do Cotegipe; Escola Maternal, que seria feminina, e teria Primário e Secundário; Colégio Amor ao Estudo, que funcionava na Rua General Bacelar; Colégio Instrução e Moralidade, na Rua Paysandu (atual Rua República do Líbano) – Cesar destaca que em tal rua situava-se a “zona do meretrício”; e o Colégio dos Jesuítas, sendo extinto em 1913, situava-se a Rua General Canabarro, onde hoje localiza-se o Colégio São Francisco.

Cabe observar que quase todas essas escolas encontravam-se em região central da cidade de Rio Grande, que no período compreendia as proximidades do Porto, excetuando-se o Colégio dos Jesuítas e o Liceu Salesiano, ambos próximos das habitações operárias.

Segundo Cesar (*Ibid.*, p.23), até 1905, os jovens nascidos em Rio Grande, para prosseguir seus estudos, deveriam mudar-se de cidade para matricular-se em um Ginásio, sendo que, o destino escolhido pelas famílias ricas para seus filhos era o Ginásio D. Pedro II, no Rio de Janeiro ou mesmo a França. Apenas em 1906 é criado o Ginásio Municipal Lemos Júnior, que apesar do subsídio municipal, era pago (*Ibid.*, p.47). Isso se dá devido o aumento do fluxo de capital e o enriquecimento da burguesia riograndina, devido aos negócios portuários. Tal expansão é notória principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, pois a pressão dessa burguesia para expandir seus negócios leva à construção do Porto Novo de Rio Grande e à construção dos Molhes da Barra, para assim criar concorrência com o Porto de Montevideú (MARTINS, *Ibid.*, p.129-130).

Podemos apreender pela leitura dos jornais “O Tempo” (1918-1927), “Rio Grande” (1918-1927) e “O Echo do Sul” (1918-1927), além dos Relatórios da Intendência Municipal de Rio Grande (1918-1927), que naquele período o Ginásio Municipal configura-se como o orgulho da cidade no que tange à educação, como verificamos: “Frequentemente citado nos jornais da cidade, e sempre mencionado nos relatórios da Intendência, esta escola se destaca, sendo equiparado ao Colégio Pedro II” (RIO GRANDE, 1922, p.12).

Percebemos que Rio Grande não possui um sistema público de Ensino Primário bem organizado, tendo em vista que as primeiras escolas⁶ públicas elementares apenas surgiram na década de 1910, e por iniciativa do governo estadual, o Sistema Municipal de Ensino não era constituído de aulas avulsas espalhadas pelo território da municipalidade. Na sede da cidade, onde se concentra mais de 83% da população (RIO GRANDE, 1924, p.13), apresenta-se apenas uma, das 19 aulas avulsas municipais, e mais duas subvencionadas, todas Primárias (RIO GRANDE, 1924, p.30-31). Porém, a municipalidade constrói e mantém um Ginásio com renome nacional, onde, apesar de seu ensino não ser gratuito, a Intendência dispendia quase 50% do orçamento gasto com educação (RIO GRANDE, 1924, *Ibid.*), visando atender camadas mais abastadas da comunidade local, evitando que os filhos destes tivessem que se deslocar para outras cidades para continuar seus estudos, o que nos faz perceber a força e a demanda dessa elite por educação escolarizada no município.

Ainda observamos em Rio Grande, na década de 1910, a criação de duas Escolas Elementares por iniciativa do governo estadual do RS, Juvenal Miller e Bibiano de Almeida, bem como a criação da Escola Industrial Elementar, em 1917, todas as três na sede da municipalidade. Em 1920, o governo estadual mantinha ainda oito aulas avulsas, sendo

⁶ Aqui utilizamos escolas no sentido de várias salas de aula em um mesmo prédio, com uma estrutura administrativa auxiliar ao desenvolvimento do ensino.

destas, seis na sede do município. Destas seis aulas na zona urbana, quatro se localizavam no subúrbio da cidade de Rio Grande (RIO GRANDE, 1920, Quadro 4-5).

Além disso, encontramos citadas no Relatório da Intendência de 1920, 15 escolas particulares, todas localizadas na sede da cidade, sendo a maioria na zona central, demonstrando que o Ginásio Municipal e os demais intentos educacionais dos poderes públicos não atendem todas as necessidades educacionais da elite rio-grandina. E, em acordo com certo consenso quanto à necessidade da mulher instruir-se e educar-se, desde que mantida dentro de determinados limites que não representassem risco às normatizações vigentes (HILSDORF, 2005), além da solicitação do primeiro bispo da Diocese de Pelotas, Dom Francisco de Campos Barreto, às Irmãs de São José de Chambéry⁷, que instalassem um estabelecimento em Rio Grande, abre-se espaço em 1918 para a criação do “Collegio Santa Joanna D'Arc”. A solicitação do bispo é justificada em virtude do mesmo “[...] percebe[r] o abandono religioso em que a juventude feminina da cidade de Rio Grande se encontrava [...]” (ARCHIVO ANNOS, 1918, p.1).

Desse modo, tal instituição, de caráter confessional e regime jurídico privado, é considerada, desde a sua fundação, no dia 2 de abril de 1918, uma instituição importante para Rio Grande por trazer diretrizes filosóficas que atendiam aos anseios da formação de uma população representada pela elite local e “[...] em consonância com o modelo familiar, católico e higienista, acalentado no referido período histórico, de uma mulher “bem comportada” (SANTOS, *et al.*, 2009, p.2).

A princípio o Collegio ocupou um prédio de aluguel à Rua Yatahy⁸ e no correr do segundo ano efetuou a compra de um vasto terreno destinado à edificação do prédio próprio, na então Rua Marquez de Caxias, nº 291, hoje Rua Duque de Caxias. No ano de 1920, em virtude de problemas de saúde, a Madre Maria Felicidade foi substituída por Madre Maria Alice, que logo ao assumir trata de procurar outro prédio de aluguel para a instalação do Collegio, assim,

[...] depois de tanta procura encontrou em 27 de Abril 1920 um predio mais higienico e confortavel na Rua Marquez de Caxias 342 [...] Nesta casa um tanto mais commoda puderam as Irmãs ter o Seu Capellão, um Padre Salesiano, e a Missa diaria. Neste predio de aluguel o Collegio passou os annos de 1920-1921-1922-1923-1924-1925 (*Ibid.*, 1918).

⁷ Posto que, as Irmãs já dispunham de um estabelecimento de ensino Primário em Pelotas, o Collegio São José. Mais sobre as Irmãs de São José de Chambéry, ver: Santos e Arriada (2008) e Santos et al. (2009).

⁸ A Rua Yatahy, hoje Rua Dr. Nascimento, no início do século XX, indicava o limite do centro urbano da cidade de Rio Grande.

Depois da bênção e lançamento da pedra fundamental do novo prédio em 21 de outubro de 1925, contando com a presença de autoridades Eclesiásticas, Cíveis e Militares e muitas famílias da cidade, em 29 de agosto de 1926, foi inaugurado o prédio próprio, sendo que, após a Missa festiva, celebrada pelo Padre Salesiano José Vera, os presentes ficaram entusiasmados pelas condições do prédio e, na expressão do Intendente João Fernandes Moreira, seria “Templo de Virtude, da Ciência e da Arte” (ARCHIVO ANNOS, *Ibid*, p.2). Daí em diante, o Collegio entrou em franca expansão, pois a matrícula que em 1918 era de 182 alunas, em 1925 se elevava a 302 e, em 1929, a 403.



Foto 1: Vista interna do prédio próprio do Collegio, 1926.
Fonte: Acervo do NUME/FURG.

A Escola Complementar e a Escola Normal do Collegio Santa Joanna D’Arc: “as Meninas do Joanna D’Arc” se tornando professoras

Desejosos de uma Escola de Formação de Professores Primários, os riograndinos insistiam junto à Direção para que fosse enviado um requerimento ao Secretário de Educação e Saúde solicitando a equiparação do Collegio à Escola Complementar do Estado, assim, Madre Joana Vitória entrou em entendimento com o senhor Secretário Dr. Osvaldo Aranha que deu despacho favorável e enviou o Sr. Júlio Lebrun para proceder à inspeção prévia. Sendo o parecer positivo, no dia 9 de janeiro de 1930 foi assinado o Decreto que elevava o Collegio Santa Joanna D’Arc à Escola Complementar.

Esta data marca uma nova fase de progresso da instituição, que formou treze turmas de Professoras Primárias entre 1930 e 1945, perfazendo um total de 497 ingressantes e 344 concluintes, na faixa etária entre 15 e 34 anos. Ou seja, um notável contingente de formadas,

posto que, o exercício do magistério representava um prolongamento das funções maternas e instruir e educar crianças era considerado aceitável para as mulheres, pois

[...] à época, o trabalho mais atraente à mulher de classe média letrada... ser professora, na opinião de grande parte da sociedade, era ter a profissão ideal da mulher, que possuía uma moral mais elevada que o homem, e mais delicada e indulgente com as crianças, além de doce, carinhosa, sentimental e paciente (ARAÚJO, 1993, p.79).

A profissão de professora é uma das que mais caracterizou a emancipação feminina, em especial nas primeiras décadas do século XX, mas ainda arraigada à família e à dominação masculina. Nesse sentido, Tambara⁹ sinaliza que a profissionalização feminina

[...] via escola normal significou a consolidação do magistério primário como atividade de segundo nível embora significassem para as mulheres, sem sombra de dúvidas, um inquestionável avanço social. Neste sentido é que entendemos que um outro fator interferiu na relação: a “feminização” do magistério e sua conseqüente “feminilização”. O magistério primário tornou-se coisa de mulher. [...] (2002, p.67).

Porém, em meio ao ano letivo de 1943, surge um obstáculo à continuidade do curso de formação de professoras no Collegio, posto que, o mesmo ainda não dispunha da condição de Ginásio e o Secretário de Educação e Cultura, José Coelho de Souza, introduz uma reforma no Ensino Secundário, extinguindo as Escolas Complementares e passando-as a Ginásios. Naquele momento, a Superiora Madre Saint Maurice, entrou em entendimento com o Diretor do Ginásio São Francisco, Irmão Roque, que se prontificou em aceitar que o Joanna D’Arc passasse a formar a “Secção Feminina” daquele estabelecimento.

Tal situação se manteve até o início de fevereiro de 1947, quando depois de um processo de investimento na qualificação dos recursos institucionais, solicitação de equiparação a Ginásio Independente em maio de 1946 – em novembro já era recebida comunicação autorizando a proceder aos exames de Admissão ao Ginásio – bem como apoio da comunidade local e financeiro da Prefeitura Municipal, o novo Regimento do Collegio foi enviado e devidamente deferido pela Secretaria de Educação do Estado.

Assim, em março de 1947, depois de lograr êxito no processo seletivo, as primeiras normalistas começavam seus estudos, dando início a uma trajetória de formação de trinta e

⁹ A feminização do magistério é um fenômeno que tem se manifestado na maioria dos países ocidentais desde a segunda metade do século XIX. Cabe ressaltar que, já nas primeiras décadas do século XX, as mulheres vão se tornando maioria no exercício da profissão docente – no Curso Primário – enquanto os homens vão ocupando os postos superiores na hierarquia burocrática. Porém, apenas muito recentemente pesquisadores têm se mobilizado à abordagem desta temática com destaque às categorias gênero e classe social, constituindo-se como um terreno fértil para análises de cunho sociológico ou sócio-histórico, posto que, tais investigadores têm chamado a atenção para a relevância da compreensão do que ocorreu nos espaços de escolarização à medida que as mulheres foram ocupando a regência de classe e configurando a maioria do corpo docente em quase todos os países ocidentais. A respeito dos processos de “feminização” e “feminilização” do magistério, ver Tambara (2002).

cinco turmas de Professoras Primárias na Escola Normal Joanna D’Arc até o ano de 1975, totalizando 870 concluintes¹⁰.

O currículo era extenso e variado, incluindo as seguintes disciplinas: Português e Literatura, Matemática, Estatística aplicada a Educação, Biologia Geral, Biologia Educacional, Física e Química, Puericultura e Higiêne, Anatomia e Fisiologia Humana, Higiêne e Educação Sanitária, História e Filosofia da Educação, Iniciação à Ciência da Educação, Fundamentos de Psicologia Geral, Psicologia Educacional, Sociologia Geral, Sociologia Educacional, Didática e Prática da Educação Primária, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto Orfeônico, Educação Física, Recreação e Jogos; além é claro do Curso de Formação para Catequistas.

De acordo com Gleci¹¹, a formação como Normalista e a Formação como Professora Catequista assumiam uma conotação de formação integral de qualidade, controle e disciplinamento¹², pois

[...] formação, que era sempre dado por uma freira [...] elas davam muita formação, prova está que eu na família agora sou tida como a pessoa que quer levar tudo tão certinho, porque além de eu ser virginiana ainda tive essa parte de formação que atualmente não se tem isso nas escolas [...] os alunos fazem o que querem, nós não, nós não podíamos fazer, primeiro que a gente era muito cuidada durante recreios, entrada e saída e ninguém fazia nada [...] a gente tinha aquele respeito pela nossa posição entendeste? era a nossa posição de ser Normalista, futuras professoras a gente tinha aquele respeito, postura de maneira de agir e a gente era tido assim na escola as Normalistas, eram bem valorizadas naquela época a gente sempre foi se distinguiu assim por ser Normalista [...] por tudo, a Escola Normal do Joanna D’Arc era a melhor que se tinha notícia na época [...]

Afirmção ratificada por Jaira¹³, ao enfatizar que ser uma Normalista do Joanna D’Arc, para além de ser “[...] bem formada, com uma boa formação cultural, uma formação integral [...]”, também significava o cerceamento de algumas liberdades¹⁴, pois

[...] foi uma escola bem rígida, mas eu sempre me adaptei... muita exigência das freiras, aquela aulinha todo mundo quietinhas e eu achava aquilo tudo uma

¹⁰ Fontes: “Livro de Actas de Conclusão do Curso Complementar das alunas do Colégio Santa Joana D’Arc” (a partir da folha 29 até a folha 57) e Livro de “Atas solenes de Formaturas e aulas inaugurais – 1957-1979”, acervo da Secretaria do Colégio Joanna D’Arc.

¹¹ Gleci Cunha dos Santos foi Normalista do Colégio Joanna D’Arc nos primeiros anos da década de sessenta e formou-se em 08 de dezembro de 1964. Concedeu entrevista no dia 18 de outubro de 2010.

¹² Afinal: “Sistematizado em um sem número de manuais e códigos, o mínimo que se esperava do comportamento das mulheres era que elas se constituíssem em verdadeiros “dragões da virtude”” (GONÇALVES, 2006, p.40-41).

¹³ Assim como Gleci, Jaira Furtado Gomes Riet Vargas frequentou o Curso Normal do Colégio Joanna D’Arc nos primeiros anos da década de sessenta e formou-se exatamente um ano após, no dia 8 de dezembro de 1965. Concedeu entrevista no dia 7 de outubro de 2010.

¹⁴ E, ainda enfatiza: “[...] a gente era muito disciplinada sempre com aqueles uniformes, o que as Irmãs diziam a gente dava muito valor, não havia desrespeito, tinha uma lá que outra mais saidinha, mas isso assim dentro do normal né [...]”.

maravilha... se ajoelhar no chão pra ver se a saia dobrava, não podia, tinha que dobrar, senão tinha que desmanchar a bainha e no outro dia vir com a saia mais baixa [...]



Foto 2: Normalistas participando da Missa na Capela do Colégio, em 1963.
Fonte: Acervo particular de Jaira F.G.R.Vargas.

Em 1949 as Irmãs começaram um trabalho de conquista e evangelização da comunidade da Vila do Cedro, culminando, no ano de 1961, com a aquisição de um terreno nessa vila, para a criação de uma escola para as crianças pobres do bairro. Sendo que, nesse mesmo ano, funcionando à noite, passou a ocupar as dependências da Escola Normal, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, criada em 1960 pela Mitra Diocesana de Pelotas e integrada à então Fundação Universidade Federal do Rio Grande, em 1969 (SILVEIRA, 2011).

No ano de 1962 toda a comunidade escolar do Joanna D'Arc assumiu um trabalho social, no bairro Getúlio Vargas (Cedro) como gesto concreto da reforma do movimento de reforma dos educandários, promovido pelo Movimento do "Mundo Melhor". Nesse sentido, além da formação empreendida no próprio Colégio, há que se chamar a atenção para as práticas de ensino realizadas, sobretudo, na escola que as Irmãs mantinham desde 1961 na Vila do Cedro, zona periférica da cidade de Rio Grande, forjando assim, que as Normalistas pudessem experimentar a vivência num universo sócio-cultural bastante distante da realidade da maioria das mesmas.

O trabalho de aperfeiçoamento didático e pedagógico do Colégio foi se intensificando, sobretudo, com a reforma do Curso Normal, regulamentada pelo Decreto Nº 6004, de 26/01/1955¹⁵ e pela Lei Federal Nº 4.024/1961¹⁶, sendo que, essa última, dando mais

¹⁵ Tal Decreto aprova o Regulamento do Ensino Normal do Estado do Rio Grande do Sul e estabelece o Estágio de Prática.

¹⁶ Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

liberdade às escolas, permitiu iniciativas pedagógicas e uma organização administrativa mais adequada às realidades e/ou demandas locais das instituições escolares e do próprio Joanna D’Arc. Em consequência desta lei, o Colégio elaborou seu primeiro Regimento Interno.

No decorrer de 1968 foi celebrada a data cinquentenária do Estabelecimento, oportunidade em que foram lembrados quantos lhe prestou apoio e colaboração na longa caminhada dos primeiros 50 anos de existência e atividades e comemorada, até aquela data, a formação de 1049¹⁷ Professoras Primárias, nos Cursos Complementar e Normal.

No anseio de construir uma identidade institucional, comumente as escolas criam suas próprias tradições, como o culto ao patrono e a comemoração do aniversário de fundação/instalação do estabelecimento de ensino, a memória dos primeiros diretores, professores e ex-alunos que ganharam visibilidade pública e o registro fotográfico das turmas – para posteriormente, quiçá, praticar o “ritual cerimonioso” (BARROS, 2005, p.118) de folhear alguns álbuns do acervo, com intuito de rememorar um tempo vivido e manter e/ou reproduzir determinadas práticas socialmente construídas¹⁸.

Deste modo, o Santa Joanna D’Arc não foi diferente, pois ao buscar consolidar uma representação que reafirmava a qualidade dos serviços prestados à população, engendrou a constituição da memória e da tradição do Colégio que formava excelentes professoras, como afirma Jaira:

[...] ah minha mãe, era o máximo, era uma referência sabes, tu ser do Joanna D’Arc já era uma referência na cidade [...] então, isso bah era o máximo pra mim [...] bah se formar era o máximo, eu me achei o máximo nesse dia [...].

E também pode ser verificado no registro fotográfico da turma de Normalistas, em 1962, pois como constata Barros “[...] as fotos não apenas sinalizam para os valores da instituição como apresentam afetos que o passado não encerra: fotos com as tias, com colegas, com inspetoras [...]” (p. 123).

¹⁷ Fontes: “Livro de Actas de Conclusão do Curso Complementar das alunas do Colegio Santa Joana D’Arc”** (a partir da folha 29 até a folha 47), acervo da Secretaria do Colégio Joana d’Arc; e “Livro de Actas de Conclusão do Curso Complementar das alunas do Colegio Santa Joana D’Arc”** (a partir da folha 48 até a folha 57) e Livro de “Atas solenes de Formaturas e aulas inaugurais – 1957-1979”, acervo da Secretaria do Colégio Joana d’Arc.

¹⁸ Nesse sentido, Barros atenta para o imprescindível entendimento acerca da carga simbólica que a materialidade das fotos indica, justamente por forjar a produção social do olhar e a necessidade de um estudo sistematizado sobre seu conteúdo (*Op. cit.*, p.119), afinal, “[...] os valores ideológicos hegemônicos exercem sua influência tanto na oportunidade do registro quanto em sua composição [...] uma vez que seu campo discursivo tem ampla intersecção com aquele institucional” (*Op. cit.*, p. 125).



Foto 3: Normalistas devidamente uniformizadas e posicionadas, juntamente com a Irmã Diretora e a Irmã Regente de Classe, no pátio do Colégio Santa Joanna D’Arc, em 1962.
Fonte: Acervo particular de Jaira F.G.R.Vargas.

À guisa de uma conclusão

A história das instituições escolares não pode, portanto, desconsiderar os ritos e os símbolos, que fazem parte da cultura escolar. O Colégio foi construído como um espaço pensado para disseminar todo um conjunto de saberes e de fazeres, apresentado como prática e representação que vislumbrava um futuro de progresso para a localidade e a instituição.

Assim, a criação e consolidação das Escolas Complementar e Normal do Santa Joanna D’Arc, caracterizaram-se por um espaço de formação que tinha como objetivo, além da formação de professoras, a promoção do espírito cristão, da atitude cívica perante a vida, do desenvolvimento do espírito co-participativo, aspirando à comunhão e ao relacionamento interpessoal, bem como buscando tornar o ser criativo e fraterno.

O Colégio centrava o processo educativo das Normalistas na pessoa do educando, considerando o ensino uma cultura na busca do ser, e o educador como vocacional do bem integral dos educandos. A educação deveria ser reflexiva, participativa e libertária. E, como toda escola confessional, caracterizava-se pelo anúncio explícito do evangelho.

Tais concepções educativas estavam presentes na disciplina, nos comportamentos esperados e impostos às Normalistas, entre os quais se inclui o modo de vestir-se, de comunicar-se, de relacionar-se em público de uma maneira geral. Assim, toda a organização da escola se constituiu num modelo de civilidade, representado por tais práticas que definiam a cultura local e escolar e corroboraram ao desenvolvimento e à qualificação dos processos de formação de professores e para a História da Educação no RS.

Por fim, cabe registrar que o Curso Normal do Santa Joanna D’Arc foi extinto no ano de 1975, com a formatura da última turma de Normalistas, em virtude que, por determinação

da Lei Federal Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Curso destinado à formação de professores primários passaria a ser o Magistério para as 4 Primeiras Séries do Ensino de Primeiro Grau, assim, entre 1930 e 1975, foram diplomadas 1214 Professoras Primárias.

Referências

- ALVES, F.N.. Instrução pública na cidade do Rio Grande: as reivindicações da Câmara Municipal (1845-1889). In: ALVES, F.N.; TORRES, L.H. (orgs.). **A cidade do Rio Grande: estudos históricos**. Rio Grande: SMEC; EDFURG, 1995. p. 59-71
- ARAÚJO, H. C.. Uma outra visão sobre o professorado em Portugal. In: COLÓQUIO EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, Lisboa, dez/1993.
- ARCHIVO ANNOS – 1918. Collegio S. Jeanne D'Arc. Rio Grande, 1918.
- BARROS, A. Os Álbuns Fotográficos com Motivos Escolares: Veredas ao olhar. In: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. (Coleção memória e educação) p.117-132
- BITTENCOURT, E.. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional (Panorama da história de Rio Grande)**. Rio Grande: EDFURG, 2001.
- CARBONI, F.; MAESTRI, M.. **A linguagem escravizada: Língua, história, poder e luta de classes**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- CATROGA, F.. Memória e História. In: PESAVENTO, S. (org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001. p.43-69
- CERTEAU, M.. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CESAR, W.. **Centenário do Colégio Lemos Jr.**: Rio Grande. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2007.
- CORRÊA, N.. **Os Libertários e a Educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Porto Alegre: 1987. 224p.
- ECHO DO SUL. Rio Grande, 1918-1927. [diário]
- GIOLO, J.. **Lança e grafite: A instrução no RGS da primeira escola ao fim do império**. Passo Fundo: UPF, 1994.
- GONÇALVES, A.. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

- HILSDORF, M.L.. Tão longe, tão perto: As meninas do seminário. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. II – séc. XIX. Petrópolis: Vozes, 2005. p.52-65
- LONER, B.. **Classe Operária**: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Porto Alegre: 1999. v 2
- MARTINS, S.. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: EDFURG, 2006.
- O TEMPO. Rio Grande, 1918-1927. [diário]
- PESAVENTO, S.. **História do Rio Grande do Sul**. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- RIO GRANDE. Rio Grande, 1918-1927. [diário]
- RIO GRANDE. Relatórios da Intendência Municipal, 1918-1927.
- SANTOS, R.G.; ARRIADA, E.. “PURA, DURA E SEGURA”: a vida das pensionistas no Colégio São José de Pelotas. In: Encontro da ASPHE – Cultura Material Escolar: memórias e identidades, 14, 2008, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPEL; ASPHE, 2008. p.1-16
- _____; et al. Educando meninas, moldando mulheres: impactos da cultura escolar produzida nos primeiros anos do Colégio São José de Pelotas (1910-1920). In: Encontro da ASPHE – Infâncias, Cultura Escrita e História da Educação, 15, 2009, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS; ASPHE, 2009. p.1-12
- SILVEIRA, J.. A gênese dos cursos de Filosofia e Pedagogia da Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande e a participação feminina na década de 1960. In: Congresso Brasileiro de História da Educação – Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil, 6, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: UFES; SBHE, 2011. p.1-15
- TAMBARA, E.. Profissionalização, Escola Normal, Feminização e Feminilização: Magistério Sul-Rio-Grandense de Instrução Pública – 1880/1935. In: HYPOLITO, Á.; VIEIRA, J.; GARCIA, M.M. (orgs.). **Trabalho docente**: formação e identidades. Pelotas: Seiva, 2002. p.67-97